



**1. DADOS DO REQUERENTE:**

<input type="checkbox"/> Cônjuge <input type="checkbox"/> Companheira (o) <input type="checkbox"/> Filha (o) <input type="checkbox"/> outros					
*Nome:			*Data Nascimento:		
*Endereço:					
*Número:		*Bairro:		*Cidade:	
*CEP:		*UF:		*Tel.1 ( )	*Tel.2 ( )
*CPF:		*RG:		*Data de expedição:	*Órgão de expedição:
*Título de Eleitor:		*Seção:		*Data Expedição:	
Banco:		Agência:		Número:	Conta:
Cidade:		UF:			
*E-mail:					

**\*preenchimento obrigatório.**

**2. DADOS DO(A) EX-SERVIDOR(A):**

*Nome:			
*Órgão de origem:		*Matrícula:	*CPF:
*Data do Óbito:		Situação <input type="checkbox"/> ativo <input type="checkbox"/> inativo	

**\*preenchimento obrigatório.**

**3. DECLARAÇÕES:**

Declaro, para fins de concessão de pensão que:

<b>A) Declaração de PIS/PASEP</b>	
<input type="checkbox"/> possuo PIS/PASEP n°.	<input type="checkbox"/> não possuo PIS/PASEP.
<input type="checkbox"/> o PIS/PASEP do ex-servidor n°.	<input type="checkbox"/> não localizei o PIS/PASEP na documentação do ex-servidor
<b>Art. 299 do Código Penal:</b> Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: <b>Penas</b> - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.	
<b>B) Declaração de Acúmulo de Pensão:</b>	
<input type="checkbox"/> Não percebo qualquer pensão do Governo Municipal, Estadual e Federal.	
<input type="checkbox"/> Percebo a(s) seguinte(s) pensão(ões) paga(s) pelo Governo Municipal, Estadual e Federal (favor informar o órgão e a natureza no quadro abaixo):	
Órgão/Entidade	Natureza (vitalícia ou Temporária)
<b>Art. 299 do Código Penal:</b> Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: <b>Penas</b> - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.	
_____ / _____ / _____	_____ / _____ / _____
Local	Data
<b>OBS: informamos que os documentos a serem encaminhados deverão ser fornecidos em cópia autenticada por cartório ou confere com original por um servidor(a) do núcleo de recursos humanos.</b>	

Assinatura do Requerente

## DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

### 1. DOCUMENTOS BÁSICOS:

Requerimento de pensão, na condição de “ <b>companheiro (a)</b> ” com fundamento do artigo 217, inciso I, alínea c, da Lei 8.112/1990, são os seguintes:
a) Requerimento de pensão;
b) Cópia autenticada da Certidão de óbito do servidor;
c) Cópia autenticada da Carteira de identidade, CPF e título de eleitor do servidor falecido;
d) Cópia autenticada da Carteira de identidade, CPF e título de eleitor da requerente;
e) Comprovante de pensão paga pelo INSS pelo óbito do servidor (ou certidão negativa);
f) Comprovante de conta salário (saldo, extrato/declaração que conste o nº da agência e conta salário);
g) Comprovante de residência;
h) Comprovante de rendimento do servidor falecido;
i) Declaração de PIS/PASEP;
j) Declaração não acumulação de benefícios.

### 2- DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

a) 2ª Via de Certidão de Nascimento (emitida após o óbito do ex-servidor);
b) Comprovante de que o servidor não convivia mais com seu cônjuge (somente nos casos em que a certidão de óbito demonstre estado civil de <b>casado</b> );
c) Necessário 3 (três) documentos que comprove o vínculo e da dependência econômica com servidor falecido: I - certidão de nascimento de filho havido em comum; II - certidão de casamento religioso; III - declaração de imposto de renda do servidor, em que conste o interessado como seu dependente; IV - disposições testamentárias; V - declaração especial feita perante Tabelião; VI - prova de residência no mesmo domicílio; VII - prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil; VIII - procuração ou fiança reciprocamente outorgada; IX - conta bancária conjunta; X - registro em associação de qualquer natureza, no qual conste o nome do interessado como dependente do servidor; XI - anotação constante de ficha ou livro de registro de empregados; XII - apólice de seguro no qual conste o servidor como titular do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária; XIII - ficha de tratamento em instituição de assistência médica, da qual conste o servidor como responsável; XIV - escritura de compra e venda de imóvel pelo servidor em nome do dependente; XV - quaisquer outros que possam levar à convicção do fato a ser comprovado. <b>Parágrafo único. O auxílio financeiro ou quaisquer outros meios de subsistência material custeada pelo instituidor não constitui meio de comprovação de dependência econômica.</b>
<b>OBS: Os documentos a serem encaminhados deverão ser fornecidos em cópia autenticada por cartório ou confere com original por um servidor (a) do núcleo de recursos humanos.</b>

## FUNDAMENTO LEGAL:

**Lei 8.112/1990 de 11 de dezembro de 1990.**

Art. 217. São beneficiários das pensões:

I - vitalícia:

I - o cônjuge

a) o cônjuge;

b) a pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia;

c) o companheiro ou companheira designado que comprove união estável como entidade familiar;

d) a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor;

e) a pessoa designada, maior de 60 (sessenta) anos e a pessoa portadora de deficiência, que vivam sob a dependência econômica do servidor.

II - temporária:

II - o cônjuge divorciado, separado judicialmente ou de fato, com percepção de pensão alimentícia estabelecida judicialmente

a) os filhos, ou enteados, até 21 (vinte e um) anos de idade, ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;

b) o menor sob guarda ou tutela até 21 (vinte e um) anos de idade;

c) o irmão órfão, até 21 (vinte e um) anos, e o inválido, enquanto durar a invalidez, que comprovem dependência econômica do servidor;

d) a pessoa designada que viva na dependência econômica do servidor, até 21 (vinte e um) anos, ou, se inválida, enquanto durar a invalidez.

**§ 1º A concessão de pensão vitalícia aos beneficiários de que tratam as alíneas "a" e "c" do inciso I deste artigo exclui desse direito os demais beneficiários referidos nas alíneas "d" e "e".**

**§ 2º A concessão da pensão temporária aos beneficiários de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso II deste artigo exclui desse direito os demais beneficiários referidos nas alíneas "c" e "d".**

**§ 1º A concessão de pensão aos beneficiários de que tratam os incisos I a IV do caput exclui os beneficiários referidos nos incisos V e VI.**

**§ 2º A concessão de pensão aos beneficiários de que trata o inciso V do caput exclui os beneficiários referidos no inciso VI.**